

FENOMENOLOGIA: A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO OBJETO DE CONSTRUÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mirela Ramos Moimaz Helbel¹

Carla Luciane Blum Vestena²

Resumo: A Teoria da Percepção surge como uma das correntes do movimento de renovação. Este pensamento se aproxima da psicologia e das formulações fenomenológicas. A fenomenologia e a percepção ambiental colocam o homem e suas interpretações sobre os lugares em evidência, simultaneamente lhes dando sentido, cabendo à compreensão das relações que estes estabelecem com os lugares. Neste contexto, o presente artigo procura abordar algumas pressuposições da fenomenologia e tenta fazer uma aproximação entre a percepção ambiental e a Educação Ambiental, que tem como tarefa vincular informações para a educação. Desta forma, a Educação Ambiental se encontra entrelaçada com a percepção ambiental onde o papel da educação é considerar os saberes do sujeito elaborando respostas para novos paradigmas ambientais.

Palavras-chave: Evolução; Teoria da Relatividade; Aparelho Psíquico; Educação Ambiental.

¹ Mestre em Geografia pela UNICENTRO. Docente da Universidade Pitágoras Unopar. E-mail: mirelahelbel@bol.com.br

² Doutora em Educação pela UNESP/SP-Marília. Docente do Departamento de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e de Educação da UNICENTRO. Bolsista F.A./CAPES de Pós-doutorado, [School of Education], Universidade de Durham, UK. E-mail: clbvestena@gmail.com

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.

Introdução

A Teoria da Percepção sofreu influência das formulações fenomenológicas de Martin Heidegger e Edmund Husserl, na Alemanha no final do século XIX. Esta teoria valoriza a construção subjetiva da noção do espaço. A contextualização sociedade e natureza garantiram uma multidisciplinaridade desses estudos na reconstrução dos conceitos como horizonte geográfico, lugar, sociabilidade e percepção de espaço e dimensionaram a sociedade sob a ótica ambientalista em foco.

Tal corrente epistemológica do pensamento evidencia a importância do sujeito na elaboração do processo de formação do conhecimento. Portanto, ao contrapor-se ao positivismo lógico de Augusto Comte, a Fenomenologia estabelece uma nova relação firmada na existência de interação entre o homem e meio ambiente. A esse respeito, Husserl acreditava que a realidade não se encontrava fora da consciência do sujeito.

Husserl usa a fenomenologia como caminho para tornar a Filosofia uma ciência rigorosa, mas de modo distinto das outras ciências naturais. Em sua obra "Ideas" (1962) o autor pressupõe um mundo autônomo, fora do pensamento humano. Assim, tal corrente busca estudar a compreensão da consciência dos seres humanos sobre as "coisas" ou objetos circundantes ao meio que estes habitam no mundo. Em outro sentido, a Fenomenologia se utiliza da base investigativa o campo da consciência a nível pré-conceitual, a fim oportunizar a descrição da realidade.

Nos Estados Unidos, a partir das influências da Fenomenologia, Yi-Fu Tuan cria a teoria da Topofilia, a qual quer dizer, amor aos lugares (topo = lugar, filia = amor). Trata-se de um sentimento estritamente particular, onde cada um estabelece sentimentos únicos, ao levar em conta a interpretação dos lugares e o sentido que estes os dão. Trata-se então de compreender como cada sujeito constrói suas relações com os lugares. Todavia, a Topofilia "é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso com *conceito, vívido e concreto como experiência pessoal*" (TUAN, 1983, p.5).

Desse modo, Tuan estuda a percepção dos sujeitos em determinados espaços geográficos e, assim, publica as obras: "*Paisagens do Medo*", onde o autor aborda questões de interesse permanente, como: o que significa ser gente e como é viver neste mundo? Ressalta o medo como algo subjetivo, sendo que certos tipos de medos perseguem crianças, outros surgem apenas durante a fase da adolescência e outros ainda na maturidade. O medo está explícito de formas variáveis em todos os estudos da história da humanidade e "*Paisagens do Medo*" é um tópico esclarecedor para todas estas possíveis questões. Em "*Morality and Imagination*", Yi-Fu Tuan questiona o indivíduo como sendo moral e imaginativo, estabelecendo relações entre a sociedade ocidental na qual a pessoa moral tende a ser considerada como simples e ingênua. Em contraste a esta, a pessoa imaginativa como a ser susceptível, fantasioso e fora de contato com a realidade. Em "*Passing Strange and Wonderful*", a sabedoria convencional sugere que experiências estéticas são

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.

importantes apenas após as necessidades mais básicas forem atingidas. Yi-Fu Tuan demonstra que esse sentimento e beleza são partes essenciais da vida e da sociedade. A estética é mostrada para ser não apenas um aspecto da cultura, mas o seu núcleo central.

Entende-se, desta maneira, que o estudo da Percepção Ambiental se relaciona a formas distintas de perceber ou sentir o espaço vivido, pois cada sujeito constrói seus valores ao se relacionar consigo mesmo e com o que o cerca. Por isso, fazemos uso do termo Percepção Ambiental no sentido amplo da palavra e pretendemos explorar a importância da Percepção Ambiental na prática da Educação Ambiental, por oportunizar ao sujeito o estudo reflexivo das questões ambientais e a tomada de consciência do meio ambiente.

Os estudos da percepção ambiental e os processos cognitivos

Sabemos que os indivíduos estabelecem relações com os lugares e que estes de alguma forma significam algo para eles. Com base nestas relações entre indivíduos e lugares, cabe à percepção pesquisar e interpretar simultaneamente como estes dão sentido a estes lugares.

Segundo Tuan:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1983, p 4).

Por meio da percepção, um indivíduo é capaz de interpretar e organizar o significado que o meio lhe estabelece. A percepção consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos sentidos. Pode ser estudada do ponto de vista biológico, ao qual caberia o envolvimento de estímulos elétricos em que há uma ligação direta com os órgãos dos sentidos e ainda psicológica e cognitiva que envolve os processos mentais com enfoque em memórias e demais aspectos salientados na informação de dados percebidos.

São as sensações estabelecidas por meio dos processos cognitivos que nos dão impressões, ou seja, nos permite interpretar e dar sentido e, simultaneamente, empregar valor a um determinado lugar. Isso faz com que o estudo da percepção ambiental se torne inúmeras vezes difícil, pois estes valores podem estar relacionados a diferentes níveis em que podem ser ecológicos, econômicos ou estéticos.

Podemos estudar a percepção ambiental por meio da cognição do ponto de vista no qual os processos de conhecimento do meio se estabelecem com os processos de compreensão que estes têm com o meio. Estes processos cognitivos são o conjunto de processos mentais usados na compreensão dos pensamentos que são capazes de estabelecer soluções para problemas originalmente criados por meio da relação homem e natureza. Podemos dizer que os processos cognitivos são a forma na qual o cérebro percebe e aprende todo tipo de informação captada por meio dos órgãos dos sentidos.

O homem é um indivíduo predominantemente visual. "O mundo percebido pelos olhos é mais abstrato que o conhecido por nós, por meio dos outros sentidos" (Tuan, 1983, p. 55). Isso porque, de todos os órgãos, a visão é considerada como o de maior relevância, pois este nos proporciona sermos vistos. A visão nos permite aprimorar a visão do mundo.

O tato, por sua vez, junta a precisão com a força proporcionando, assim, absorver grande informação sobre seu meio. Isso somente é possível graças à presença de receptores localizados da camada mais externa da pele, pois estes são capazes de identificar sensações de prazer de dor.

Nossa audição nos permite identificar sons que estão a nossa volta e distingui-los entre fracos e fortes, graves e agudos e interpretá-los em uma sequência de transformações até chegarem ao nosso cérebro por meio de receptores de sons.

O olfato nos proporciona a capacidade de captar odores, fazendo-nos adaptarmos mais facilmente nele, uma vez que o olfato nos proporciona o aparecimento de lembranças armazenadas em nossa memória. Um odor sentido uma única vez na vida pode estar vinculado a um fato específico e guardado em nossa memória por toda a vida.

No paladar também podemos encontrar sensações já vividas, uma vez que, assim como no olfato se encontra o cheiro, no paladar, as lembranças dos gostos já sentidos durante um determinado tempo da vida têm a capacidade de ficarem armazenados em nossas memórias e trazer-nos lembranças sobre um dado momento. Isto graças às papilas gustativas encontradas na língua que também, por meio de receptores, enviam mensagens a nosso cérebro fazendo-nos estabelecer uma conexão com o tempo vivido e as sensações nele envolvidas.

Não podemos esquecer que a percepção ocorre de forma individual e está relacionada às diferentes personalidades, à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica. Salientamos, desta forma, que o processo de percepção ambiental está relacionado diretamente com as sensações que este estabelece com o meio ambiente, sem deixarmos de destacar os processos simbólicos estabelecidos por cada indivíduo em seu nicho, bem como as diferentes formas de cultura e valores para compreendermos a relação existente entre o homem e o meio ambiente.

Os estudos da percepção ambiental e os processos cognitivos

Sabemos que os indivíduos estabelecem relações com os lugares e que estes de alguma forma significam algo para eles. Com base nestas relações entre indivíduos e lugares, cabe à percepção pesquisar e interpretar simultaneamente como estes dão sentido a estes lugares.

Segundo Tuan,

percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1983, p 4).

Por meio da percepção, um indivíduo é capaz de interpretar e organizar o significado que o meio lhe estabelece. A percepção consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos sentidos. Pode ser estudada do ponto de vista biológico, ao qual caberia o envolvimento de estímulos elétricos em que há uma ligação direta com os órgãos dos sentidos e ainda psicológica e cognitiva que envolve os processos mentais com enfoque em memórias e demais aspectos salientados na informação de dados percebidos.

São as sensações estabelecidas por meio dos processos cognitivos que nos dão impressões, ou seja, nos permite interpretar e dar sentido e, simultaneamente, empregar valor a um determinado lugar. Isso faz com que o estudo da percepção ambiental se torne inúmeras vezes difícil, pois estes valores podem estar relacionados a diferentes níveis em que podem ser ecológicos, econômicos ou estéticos.

Podemos estudar a percepção ambiental por meio da cognição do ponto de vista no qual os processos de conhecimento do meio se estabelecem com os processos de compreensão que estes têm com o meio. Estes processos cognitivos são o conjunto de processos mentais usados na compreensão dos pensamentos que são capazes de estabelecer soluções para problemas originalmente criados por meio da relação homem e natureza. Podemos dizer que os processos cognitivos são a forma na qual o cérebro percebe e aprende todo tipo de informação captada por meio dos órgãos dos sentidos.

O homem é um indivíduo predominantemente visual. "*O mundo percebido pelos olhos é mais abstrato que o conhecido por nós, por meio dos outros sentidos*" (Tuan, 1983, p.55). Isso porque, de todos os órgãos, a visão é considerada como o de maior relevância, pois este nos proporciona sermos vistos. A visão nos permite aprimorar a visão do mundo.

O tato, por sua vez, junta a precisão com a força proporcionando, assim, absorver grande informação sobre seu meio. Isso somente é possível graças à presença de receptores localizados da camada mais externa da pele, pois estes são capazes de identificar sensações de prazer de dor.

Nossa audição nos permite identificar sons que estão a nossa volta e distingui-los entre fracos e fortes, graves e agudos e interpretá-los em uma sequência de transformações até chegarem ao nosso cérebro por meio de receptores de sons.

O olfato nos proporciona a capacidade de captar odores, fazendo-nos adaptarmos mais facilmente nele, uma vez que o olfato nos proporciona o aparecimento de lembranças armazenadas em nossa memória. Um odor sentido uma única vez na vida pode estar vinculado a um fato específico e guardado em nossa memória por toda a vida.

No paladar também podemos encontrar sensações já vividas, uma vez que, assim como no olfato se encontra o cheiro, no paladar, as lembranças dos gostos já sentidos durante um determinado tempo da vida têm a capacidade de ficarem armazenados em nossas memórias e trazer-nos lembranças sobre um dado momento. Isto graças às papilas gustativas encontradas na língua que também, por meio de receptores, enviam mensagens a nosso cérebro fazendo-nos estabelecer uma conexão com o tempo vivido e as sensações nele envolvidas.

Não podemos esquecer que a percepção ocorre de forma individual e está relacionada às diferentes personalidades, à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica.

Salientamos, desta forma, que o processo de percepção ambiental está relacionado diretamente com as sensações que este estabelece com o meio ambiente, sem deixarmos de destacar os processos simbólicos estabelecidos por cada indivíduo em seu nicho, bem como as diferentes formas de cultura e valores para compreendermos a relação existente entre o homem e o meio ambiente.

Educação Ambiental e percepção ambiental

A Educação Ambiental surge na segunda metade do século XX, como um propósito à crise ambiental nas décadas de 1950 e 1980. Neste período, a sociedade se encontrava em um momento de vasto crescimento industrial, fato esse que se relacionava ao impacto das ações do homem no ambiente. Contudo, tais acontecimentos promovem na população da época a incerteza de um futuro possível.

Assim, o movimento dos trabalhadores, *hippies*, das mulheres, dos negros, da contracultura, das minorias raciais, provenientes principalmente da população de classe média, sentem sua qualidade de vida ameaçada pelos problemas ambientais. Via-se a qualidade de vida afetada e havia uma necessidade em se colocar limites ambientais e sociais no que se relacionava

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.

ao capitalismo industrial, pois a sociedade estava em crescente escalão consumista (DIEGUES, 1992).

Com base neste pressuposto, a Educação Ambiental passa a ser recomendação universal, no intuito de propor ações educativas de informação. A esse proposto, a Declaração sobre Meio Ambiente, 1972, princípio 19, prevê que:

É de fundamental importância um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massa evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos (UNESCO Declaração sobre Meio Ambiente, 1972, p.5).

Considera-se, mediante tal fato, que a tomada de consciência passa a ser um fator fulminante para que o sujeito possa iniciar seu processo educativo e, por meio desse, o processo de Educação Ambiental, o qual está internalizado em cada sujeito por meio da Percepção Ambiental. Portanto, na prática da Educação Ambiental, a percepção do sujeito é estimulada e este passa a perceber o que está a sua volta e criar sua própria interpretação sobre o mundo vivido. Todavia, este se torna apto a compreender os problemas ambientais e analisá-los, fundamentado em seus valores culturais e em conhecimentos científicos socializados pela escola.

Ora, a percepção do ambiente, as imagens, seus significados, as impressões absorvidas e os laços afetivos são individuais de ser humano. Portanto, as diferentes percepções do mundo são interpretadas de diferentes maneiras, pois os processos cognitivos envolvidos neste processo são particulares de cada sujeito (MELAZO, 2005).

Desse modo, a Percepção Ambiental possibilita que o sujeito se torne parte integrante do processo de aprendizagem, uma vez que, por meio da percepção, este passe a compreender o meio em que vive e suas relações com este, promovendo a conscientização e, assim, respostas a novos paradigmas ambientais.

Educação Ambiental e consciência

Quando estabelecemos uma relação entre Educação Ambiental e sociedade, pode-se perceber que ambas se correlacionam, conduzindo o sujeito a refletir sobre as questões ambientais e pensar conscientemente as relações entre o homem e o meio ambiente. No entanto, na prática da Educação Ambiental, a percepção ambiental do sujeito é estimulada e este passa a perceber o que está a sua volta e criar sua própria interpretação sobre o mundo vivido.

Segundo Dias, (2004) a Educação Ambiental:

[...] é considerada um processo permanente pelo qual o indivíduo e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir – individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 2004, p.148).

Entende-se, portanto, que a Educação Ambiental é um instrumento para no qual o sujeito estabelecerá a compreensão para o processo de formação de consciência, voltada para sua forma de interpretar relações estabelecidas com o meio ambiente.

Entretanto, paremos para refletir sobre como tem sido visto o perfil da Educação Ambiental, desde o momento em que esta é compreendida pelo professor, ou seja, como instrumento no qual as “*peças que não estão conscientizadas*” [grifo no original] (Sato, 2001, p.1) passem talvez a uma consciência de fato, esquecendo-nos que o processo de conscientização tem de ser algo construído a partir de como o sujeito interpreta o meio ambiente e suas interações com este. Neste contexto, Sato (2001) elucida:

Geralmente, quando perguntamos às/aos professor@s³ a razão da EA ainda não ser bem-sucedida em espaços escolarizados, a resposta imediata é: “*porque as peças não estão ‘conscientizadas’ dos problemas ambientais*”. Esta representação da maioria leva-nos a crer que a EA é ainda compreendida como um instrumento metodológico da gestão ambiental, ao invés de ter sua essência ontoepistemológica, propriamente dita. A dimensão ambiental é percebida, mas não se inscreve em uma prática pedagógica transformadora (SATO, 2001, p.19).

No entanto, os atuais resultados encontrados para a Educação Ambiental nos mostra, ilusoriamente, que o trabalho visto de uma óptica

³ Conforme a recomendação internacional da rede de Gênero, a autora se utiliza da simbologia “@” para evitar a linguagem sexista presente no texto. (SATO, 2001).

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.

individualista é capaz de nos fornecer resultados plausíveis com o que se espera da Educação Ambiental implementada nas escolas. Faz-se necessário repensar o modo de se conceber este processo, em que:

[...] é preciso pensar em práticas sociais e educativas que problematizem a ilusão de que a nossa atuação termina com ações e que não depende da interação que provoca, com e nas demais atuações de outros operadores sociais do sistema de garantia de direitos como um todo (políticas sociais básicas, de assistência, de garantia de direitos). Faz-se necessário pensar num trabalho conectado entre diferentes atores que podem possibilitar uma visão holística e ecossistêmica de seres unos e complexos, tanto nos seus registros mentais como sociais (YUNES; JULIANO, 2012, p.371).

A Educação Ambiental é uma área do conhecimento que propõe a formação das pessoas e que estas sejam capazes de enfrentar criticamente a exploração desenfreada dos recursos naturais e o exaurimento da humanidade. No processo de Educação Ambiental, muito se fala na promoção de consciência, porém não podemos deixar de destacar, como ressalta Sato (2001, p.20), que *“o mundo social não funciona apenas em termos de consciência, mas também de práticas”*.

Deste modo, a Educação Ambiental deve ser vista para transformar, tornar-se prática, desenvolver sujeitos que se preocupem com o meio ambiente e entender que o ser humano necessita do meio ambiente para sua sobrevivência.

Práticas por meio da Educação Ambiental

Deparamo-nos com o esgotamento da práxis da Educação Ambiental em tentar novas metodologias para desenvolver suas propostas de forma a atender o que se espera desta. A Educação Ambiental tende a ser vista como parte das formulações pedagógicas nas quais atendem os anseios da sociedade para um mundo cada vez mais carente de recursos naturais, dentre elas a poluição e falta de água, a degradação do solo e o acúmulo de resíduos. De acordo com Silva (2001),

contribuir com a transformação social e com a construção de práxis pedagógicas inovadoras são pilares estruturantes da Educação Ambiental Crítica. Construir metodologias adequadas as suas características demonstram a complexidade de ser coerente com o que defende (SILVA, 2001, p.3).

No entanto, a Educação Ambiental, por mais que se esforce para manter seu papel de criticidade perante os sujeitos a qual ela está direcionada a cientificar, na grande maioria das vezes, tem seu objetivo não alcançado, pois

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.

tem seus processos de construção metodológicos baseados em uma complexa gama de informações relacionadas a questões ambientais de conscientização.

Diante deste pressuposto, talvez devêssemos levantar o seguinte questionamento: Será que a Educação Ambiental implementada em nossas escolas tem cumprido com seu papel de formar sujeitos criticamente aptos a tomar decisões práticas, as quais reflitam em uma sociedade ambientalmente sustentável?

Deste modo, cabe-nos elucidar que entre os objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental, art. 5º da Lei 9795/99, encontra-se:

- a. desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.
- b. garantia da democratização das informações ambientais;
- c. estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre problemática ambiental e social.

Desta forma, a Educação Ambiental anota a compromisso de se gerar a reflexão do sistema social vigente que determina as situações e proporciona aos sujeitos condições para o exercício da cidadania. É, sobretudo, na busca da compreensão da questão ambiental que emerge a importância do debate, da reflexão e na construção da sustentabilidade que só se permite por meio de respostas práticas.

O saber ambiental implica na incerteza, na consciência de que a crise ambiental afeta toda a humanidade, em nível mundial e, é por meio deste contexto, que a Educação Ambiental se constitui em um instrumento fundamental para a transformação da realidade socioambiental, quando aborda as questões ambientais de uma forma integrada, complexa e interdisciplinar e dialoga com os diferentes saberes numa perspectiva crítica.

Deste modo, a Educação Ambiental deve ser uma prática educativa que busque a autonomia do sujeito frente às decisões referentes ao ambiente ao qual se encontra introduzido. Todavia, para concretizar como a Educação Ambiental em resultados práticos se torna imprescindível, devemos aumentar a nossa visão e reconhecer o meio ambiente como um espaço de inter-relações existentes entre a sociedade e a natureza. Guimarães (1995) explana que:

[...] a integração entre o ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. Ao assimilar a visão (holística), a noção de dominação do ser humano sobre o meio ambiente perde o seu valor, já que estando integrado em uma unidade (ser humano/natureza) inexistente a dominação de alguma sobre a outra, pois já não há mais separação (GUIMARÃES, 1995, p. 30).

Podemos compreender a importância do entendimento do verdadeiro significado da Educação Ambiental diante da sua contextualização, na busca de uma relação entre sujeito e práticas, diante das crises ambientais e para a busca de inclusões de valores humanos que se insiram em um domínio ambiental para melhoria social. Quando pensamos a Educação Ambiental, temos de nos permitir construí-la e reconstruí-la por meio de metodologias variadas, as quais atinjam os sujeitos envolvidos neste processo, para que estes se tornem aptos a refletir criticamente as questões ambientais a partir da realidade vivenciada em busca de transformações.

Considerações finais

A Fenomenologia subsidia teoricamente a Teoria da Percepção que aborda as relações que o sujeito estabelece com o meio ambiente por meio de seus processos cognitivos e sociais ao oportunizar a compreensão do mundo observado pelo sujeito.

Quando estabelecemos uma relação entre a Percepção Ambiental e Educação Ambiental, pode-se perceber que ambas se correlacionam. Esta conduz o sujeito a refletir sobre as questões ambientais e pensar consciente as relações entre o homem e o meio ambiente enquanto aquela, a percepção ambiental trata de compreender as modalidades segundo as quais os seres humanos constroem suas relações com os lugares, quer eles sejam simbólicos, constitutivos de identidade ou mais banais e familiares.

Desta forma, a Educação Ambiental se torna uma prática social educativa que tem como objetivo gerar uma relação que possibilite o entendimento do sujeito sobre a realidade e suas ações com o meio ambiente. Esta abordagem se baseia na interdisciplinaridade, nos conhecimentos científicos e também considera os saberes locais e populares vivenciados por cada sujeito em seu espaço.

Nota-se, no entanto, que não basta pensar a Educação Ambiental de uma forma consciente. Não se ensina consciência a alguém, a consciência é fruto do entendimento que o sujeito tem em relação a determinado fato, sendo papel do processo da Educação Ambiental proporcionar a aplicabilidade destas informações para que estas tenham uma difusão prática e possibilite uma sociedade ambientalmente crítica capaz de tomar decisões as quais reflitam em melhorias ambientais.

Para que a Educação Ambiental seja realmente eficiente a atinja os objetivos propostos, tem de ser dimensionada a um âmbito maior do que o de formadora de consciência. É preciso que proporcione uma visão da realidade em que se encontra, reflita em práticas sociais que demandem um trabalho integrado entre os diversos setores da sociedade e garanta à Educação Ambiental a assistência e direitos necessários para que esta se desenvolva no âmbito de atingir uma nova perspectiva ambiental em nível de novas práticas.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9.795/99 de 27 de abril de 1999. art. 1º, art 4º e art 5º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acessado em 15/05/2015

DIAS G.F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A.C. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo: SEAVE. V.6. n 1 e 2. 1992. P.24.

GUIMARÃES M. **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papirus, 1995.

HUSSERL. E. **Ideas relativas a uma fenomenologia pura y uma filosofia fenomenológica**. México. Fundo da Cultura Econômica, 1962.

MELAZO, G.C. Percepção ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilhas**, Ano VI, N.6, p. 45-51, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br>> Acessado em: 24/04/2015.

SATO M. Debatendo os desafios da Educação Ambiental. In: **Anais do I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro**. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pro Mar de Dentro. 2001.

SILVA L.F. Educação Ambiental crítica e gestão ambiental. **Pesquisa em Debate**, edição 10, v. 6, n. 1, jan/jun 2009 ISSN 1808-978X Disponível em: <http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_10/artigo_9.pdf> Acessado em: 16/07/2015.

TUAN, Y. F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo, SP: Difel, 1983.

TUAN, Y. F. **Paisagens do Medo**. São Paulo. UNESP, 2006.

TUAN, Y. F. **Morality and Imagination: Paradoxes of Progress**. University of Wisconsin Press, 1989.

TUAN, Y. F. **Passing Strange and Wonderful: Aesthetics, Nature, and Culture**. University of Michigan, Island Press, 1993.

UNESCO. **Declaração sobre meio ambiente humano**. Princípio 19, p.5. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc>> Acessado em 24/04/2015.

YUNES M.A.M.; JULIANO M.C.A. **Bioecologia do Desenvolvimento Humano e suas Interfaces com Educação Ambiental**. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1591/1477>> Acessado em 17/06/2015.

Revbea, São Paulo, V. 12, Nº 2: 67-78, 2017.